

Semiótica ou Estética: considerações sobre a epistemologia das Letras

(Semiotics or Aesthetics:
considerations on the epistemology of Language and Literature Studies)

Matheus de Brito¹

¹ Universidade de Coimbra (UC) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

debrito@gmx.com

Abstract: From its foundation, Literary Theory held epistemological affinities with Structuralism that added to the convergence of criticism and analytical method. Those affinities implied, along with the normalization and the demystification of literary discourse, its radical de-aestheticization. The claim to universality, contained in the thoughtless equation of valid knowledge and system of propositions, fostered objectivity at the expense of the object, in Language and Literature Studies: linguistic definitions concurred to the erasure of the material dimension of the experience of language. If we're dealing, however, with an epistemological error – namely, assuming as commensurable analysis and criticism, knowledge and truth, linguistic universal and aesthetic particular –, the critical self-reflection should strive to overcome the deficiencies that follow the historical intertwining of aesthetics and linguistics.

Keywords: *literary theory; linguistics; criticism.*

Resumo: De sua gênese, a Teoria da Literatura manteve com o Estruturalismo afinidades epistemológicas que subsidiaram a convergência da atividade crítica e do método analítico. Isso implicou, junto à normalização e à desmistificação do discurso literário, sua radical desesteticização. A ambição de universalidade contida na equação irrefletida entre conhecimento válido e sistema de proposições teóricas promoveu nas Letras uma objetividade às expensas do objeto: as definições da linguística concorreram para o apagamento da dimensão material da experiência da linguagem. Se lidamos, porém, com um erro epistemológico – a saber, triplo: pressupor comensuráveis análise e crítica, saber e verdade, universal linguístico e particular estético –, a autorreflexão crítica deve esforçar-se por encontrar a superação das insuficiências que acompanham o entrelaçamento histórico entre linguística e estética.

Palavras-chave: *teoria literária; linguística; crítica.*

Introdução

A linguagem se está exilando em palavras que temem significar qualquer coisa.
Jean Baudrillard

Já se disse que uma disciplina como a teoria literária só sobreviveu porque tirou partido de sua inconsistência epistemológica (GUMBRECHT, 2007). A teoria literária, na formulação de Paul De Man (1986), por exemplo, lançaria um anátema sobre toda pretensão de univocidade em relação à linguagem; para De Man, a retórica, ou a consciência do particular enunciativo, impediria a teoria de acatar um saber universal, que é seu pressuposto mesmo. Faz-se teoria na ausência da possibilidade mesma de construir um saber adequado sobre a literatura. Por isso, o esforço de produzir uma estética entraria em desacordo com sua própria impossibilidade, a partir de nossas premissas, e se converteria, à

maneira de Sísifo, na reiteração da própria impossibilidade da estética (TAGLIAFERRI, 1978).

A precedência do sentido figurado sobre o literal se apoia na tese da anterioridade da linguagem em relação à experiência vivida, em seu grau máximo fazendo da realidade um caso linguístico. Mas o que caracteriza essa linha é que, junto à recusa do referente, o modelo da verdade como coerência torna-se tabu. O pós-estruturalismo demaniano foi o paroxismo de uma tendência que se consolidou nas Letras, a de reduzir “experiência (estética)” a “leitura (literária)”. Para essa doutrina, a do texto, a leitura se funde à linguagem como a questão de uma semiose que, porque sempre impossível ou diferida, provoca o eterno retorno do processo e solapa qualquer pretensão de pôr-lhe um ponto final. Hoje, porém, até já esquecemos o que é que afinal recusamos dessa pretensão *do* sentido ou *da* verdade literária; há ainda razões para arbitrar a infinitude da interpretação? (Talvez isso nos apresente uma finitude que queremos ocultar; ficaríamos, de qualquer modo, surpresos se encontrássemos algo que tivesse o sentido que tem e não mais.)

Sendo a literatura a aparição da linguagem como tal, De Man (1971, p. 18) conclui que ela devolveria à consciência humana o seu vazio constitutivo, ou pelo menos o *nonsense* da equação entre vida e sentido. Se evitarmos, porém, esse existencialismo linguístico e, quase como o próprio De Man (1971) proporia, considerarmos que esse problema epistemológico resultou de uma insuficiência da coisa e não da linguagem, se a contradição for imanente à obra literária, então talvez o impasse do universal através do fenômeno particular – de *teorizar* algo como *literatura* – se mostre ele mesmo um particularismo. Não é fazer *teoria* de algo como *literatura* que é impossível, é o vício teórico da linguística que torna a experiência literária impossível.

Faremos algumas considerações sobre o conhecimento e as metodologias das Letras revendo a história da Teoria como a da transformação da crítica em análise. Num segundo momento, consideraremos algumas dificuldades atuais dos estudos literários, explorando, sobretudo, a *semiótica* na qualidade de uma tendência a produzir um saber do tipo *intensional*, preocupado com as propriedades de um texto. Por fim, proporemos a possibilidade de uma tendência divergente, uma orientação *extensional*, dirigida às relações da literatura com sua exterioridade, tradicionalmente nomeada *estética*.

A desconstrução e a linguística, “semiótica” e “estética”

A absolutização demaniana da retórica, nosso motivo inicial, soa já como uma *revival* da “função poética” de Jakobson (1995). Para De Man (1971), a autorreferência linguística barra o referente tal como poema se codifica em referência a si próprio. A afinidade é genética. A abordagem linguística da literatura ter-lhe-ia emancipado da estética, da filosofia, da moral; De Man (1971) assumiu apenas que *literatura* é o modo natural da linguagem, limitando a questão de sua validade à gênese tropológica. A definição de Jakobson, de qualquer modo, desmentia a constituição de uma teoria livre de preconceções, já que refletia a conjunção entre uma concepção trivial da estética – a do autotelismo do Belo (JIRMUNSKI, 1976, p. 65) – e o modelo de ciência que as humanidades buscavam no início do século, num esforço de superar o positivismo de meados do século XIX, sob influência do neokantismo. A abordagem linguística apenas deslocaria o discurso da estética e da filosofia crítica.

Para Jakobson, como se sabe, a Teoria Literária era a investigação da *literariedade*, caracterizada como deformação organizada da língua cotidiana (EIKHENBAUM, 1976, *passim*). Desse enunciado fundamental, as Letras herdariam ao menos três questões:

- 1) o dogma da substância linguística da obra;
- 2) a tautologia da literariedade;
- 3) uma relação coextensiva com o estruturalismo.

O deslocamento programático da “mensagem” do poema ao seu “código” resulta da noção de que o objeto de ciência deve apresentar-se necessariamente como uma generalidade, porque algo particular não seria senão contingente (assim, *p.ex.*, o primado da *langue* de Saussure sobre a fala). Mas a pretensa ciência desse código se determinou com base num decreto da diferença entre a linguagem literária e a cotidiana; a formulação, denunciada desde o início como parasítica (MEDVIÉDEV, 2012), apesar do nobre esforço de assegurar a relativa autonomia e delimitação do objeto literário, não foi isenta de certo esteticismo (desautomatização, novidade, etc., o vínculo dos formalistas à vanguarda russa [POMORSKA, 1972]). A tentativa de solucionar o problema a partir do princípio de que a língua só conhece diferenças sem termos positivos, porém, não poderia sustentar essa autonomia e acabaria por fazer da Poética um derivado do modelo relacional, antissubstancialista,¹ da epistemologia de Saussure.

Essa preocupação com a literariedade transita dos formalistas russos ao estruturalismo e ganha difusão a partir dos Estados Unidos com a obra de Warren e Wellek.² Três condições favoreceram a aproximação:

- 1) a prática americana do *close reading*, como atenção à linguagem da obra, possuía uma afinidade eletiva com a ideia da literariedade formal;
- 2) a ideia de “deformação organizada” harmonizava-se com a herança da “organicidade” (*i.e.*, o poema como totalidade orgânica separada do caos da realidade) e com o interesse da Nova Crítica pela retórica;
- 3) em busca de legitimidade, por fim, a academia americana encontraria um apoio na teoria eslava, já que a linguística se configurava um paradigma nas humanidades.

¹ Embora a narrativa de François Dosse (1997) não permita inferir a influência direta sobre Jakobson, essa tendência pode ter sido mediada não só pela figura do linguista Trubetzkoy como pelo discurso comum das humanidades naquele início de século, sob influência da filosofia alemã, de que a obra de Edmund Husserl foi o expoente – recusa à substância, reivindicação de imanência (do objeto) associada ao postulado da transcendência (da categoria, da forma) são feições de uma reorientação geral do pensamento europeu no início do século XX.

² Vai do Círculo de Praga (DOLEZEL, 1990), de que participara Jakobson, aos Estados Unidos na década de 1950, sobretudo através de René Wellek (WARREN; WELLEK, 2003). A fase institucional da Teoria começa aí, com sua infusão às ideias da Nova Crítica. No mundo lusófono, os materiais referentes à teoria e à prática da análise literária, como então a concebemos, são já de meados ou final dos anos 1960 (Aguilar e Silva, em 1967 (1988); a *Introdução à Teoria da Literatura*, de António Soares Amora (2004 [1967]), e o *Estudo Analítico do Poema*, de Candido (1996), também de 1967; Massaud Moisés (2005), em 1969).

Vincular o estruturalismo a esses formalismos é, apesar disso, difícil: o fato de serem discursos estéticos, que se referem a algo de natureza particular e distinta, só pode ser violentamente conjugado ao modelo diferencial de Saussure. Com as duas orientações se imbricando, estética e semiótica, a dimensão estética progressivamente seria substituída pelo modelo estruturalista de linguagem. O poema foi deixando de ser algo que existe e que *contém*, além de sua própria, essa linguagem que a linguística concebe, e tornou-se um dispositivo de significação. A linguagem da linguística virou pressuposto: a substância literária se reduz à própria relação entre significante e significado. Em meio a isso, é claro, a supressão metodológica do referente, necessária para a formulação do modelo epistêmico de linguagem na teoria de Saussure, tornou-se uma condição quase-ontológica.

O erro da teoria estruturalista de orientação semiótica seria algo como reivindicar para o *signo* todas as acepções do lexema “palavra”: fazê-lo à língua real seria exacerbar a condição de modelo; fazê-lo à literatura não seria nada, uma vez que ela já fora concebida através do modelo. A linguisticização, porém, não aconteceria sem que um resíduo estético tivesse de ser reconduzido às suas definições. Como dissemos, a “função poética” domestica esse resíduo, tornando-lhe efeito de um jogo linguístico. Mais três implicações:

- 1) a crítica cedeu o primado à atividade da análise literária: da obra não se predica um valor primário, mas um sistema de signos a decodificar;
- 2) a definição substituiu o conceito, conforme o princípio da imanência da teoria;
- 3) o juízo crítico foi tomado como algo exterior à obra.

O argumento da neutralidade axiológica que é imputada às categorias analíticas³ concorre para a desestetização da relação primária com a obra. Ao mesmo tempo, porque a atividade judicativa não pode realmente cessar, ela reingressa no discurso crítico como resultante de uma síntese entre a análise literária e, *grosso modo*, algum horizonte normativo extrínseco (MOISÉS, 1969, 14 *ss.*). O que se esqueceu foi o juízo implícito à escolha de categorias, que adere ao objeto como sua sombra. Mas nessa ideia de “acrescer” um juízo à operação instrumental, o que se tem é apenas um enxerto temático; mais tarde, essa intenção temática constituir-se-ia uma tendência autônoma.

Se a definição operacionaliza a discussão literária porque secundariza interesses sociais imediatos, ela o faz ao assumir como seu único referente o sistema de que faz parte. Esse segundo fator é uma redução da complexidade do objeto,⁴ algo que a teoria crítica vê como sintoma da debilitação da experiência, da possibilidade de ir até a coisa.

³ Wellek e Warren (2003, p. 9): a compreensão empática e a fruição são “apenas condições prévias”. Também Antonio Candido (1996) parece não perceber que a “penetração empática”, além da metáfora falocêntrica, reproduz o dualismo diltheyano entre o método hermenêutico e o gênio interpretativo, a intuição particular, os quais por seu turno refletem na faculdade intelectual a divisão do trabalho e o processo de alienação – o sujeito interpretativo é estranhado do objeto, quer daquele em que ele empaticamente “penetrou” como daquele que é resultado de seu trabalho, que se verá à mercê de outra reelaboração *ad libitum*.

⁴ O teor empírico imanente ao conceito evoca relações sócio-históricas e leva a reflexões de ordem metafísica, ética, teológica, afins; no melhor dos casos, as reflexões formam uma constelação em torno da coisa, no pior, e mais geral, apagam-na. A definição é mais segura, porque é ou não funcional dentro de um plano estrito – no segundo caso, descarta-se. Porque um conceito vence a prazo, sua própria história se implica à da coisa, que assim toma parte na história. O que a lei da conexão de imanência da teoria literária, seguindo a linguística, conseguiu banir foi essa exterioridade do conceito, mas, com isso, ela

Quando há uma discrepância entre o indivíduo e a comunidade, as definições e o método substituem a inclinação particular por regras intersubjetivas, asseguradas pela estabilidade coletiva, e permitem, em amplo sentido, a comunicação. É esse o movimento que vai do paradigma fundado na experiência estética – a obra de arte não significa, ela é algo no mundo – para um fundado na leitura, na ideia de que uma obra é uma modalidade de mensagem. Mas se a definição, que é instrumental, se interpõe à experiência da coisa, ela provoca um curto-circuito, como se diz, o objeto vira a ilustração da teoria.

De outro modo: se a referência apaga o referente, então o sujeito que sobreviveu à depauperação que o método lhe obriga reconhece-o como incapaz de assimilar a vida do objeto, as transformações efetivas por que a cultura passa. Assim, ao mesmo tempo em que suas noções se consolidam como língua franca (DOSSE, 1997), surge a crítica ao estruturalismo. Aqui diríamos encenar-se o drama da assimetria entre o que a teoria assumiu saber e o que ela pressupôs que fosse a coisa a conhecer. Em sua variante epigonal, que começa (*avant les lettres*) com De Man e chega até nós mais ou menos imiscuída aos estudos culturais e à ingenuidade filosófica, o exílio do referente se faz acompanhar de um esforço de invocar ou contrabandear a dimensão estética – algo da ordem do irracional em meio à racionalidade. Nas condições atuais, tal como o juízo crítico se tornou função da análise quando a semiótica subsume o estético, de igual maneira a estética se torna função da crítica, empenhada em subverter não só o dualismo do signo e do sentido como também aquele que existe entre a teoria e a literatura.

Semiotização das Letras

A história da institucionalização da Teoria Literária é a de sua semiotização, de uma dissolução da estética na tendência semiótica. A princípio, a condição de constituir um saber autônomo da literatura foi livrá-la da dependência de outras disciplinas, postulando, seguindo a linguística, algo como a “literariedade” formal. No avanço da Teoria⁵ a forma foi semantizada e, certamente como consequência da debilitação do discurso filosófico, a ideia de “estética” foi reintroduzida como função da comunicação (BANN, 2004). Esse passo, originário do Círculo de Praga, marca a voga do estruturalismo e da pragmática nas Humanas, na França como nos Estados Unidos, numa reorientação geral para um âmbito linguístico-pragmático.⁶

Dessa época é a crítica à semiótica estruturalista. A assimetria entre a epistemologia e a ontologia, a excentricidade imputada à linguagem em sua relação com o mundo, deflagra uma violenta crítica ao reducionismo semântico no horizonte da equação entre cultura e comunicação. O primeiro estruturalismo fez da cultura a província do signo. O

abdicou da complexidade do objeto, que só o conceito sustentava: tudo o que uma definição mostra do texto é sua coordenada no sistema total das definições.

⁵ Embora a tendência à poética semântica esteja já em seus fundamentos, sendo a diferença fundamental entre o Círculo de Moscou e a OPOIAZ (*Obščestvo dlja izučeniya poètičeskogo jazyka*, Sociedade para o Estudo da Língua Poética), o qual não subscrevia a autonomia (STEINER, 2004), a intenção semiótica reforçar-se-ia com a disseminação do estruturalismo a outras disciplinas. Refere essa passagem Lubomir Dolezel: “Abandonando ‘a concepção metafísica e substantiva do belo’ [...], Mukarovsky desenvolveu a estética como ‘uma parte da ciência geral dos signos, i. e. da *semiótica*’ (1990, p. 242; grifo do autor).

⁶ A Hermenêutica de H. G. Gadamer e Estética da Recepção na Alemanha, Semiótica da Escola de Tartu na Rússia, à mesma época.

segundo, contra a “objetividade” da estrutura, defendeu que a interdependência entre o enunciado e a enunciação ou, aqui, o texto e a leitura, promove a dispersão da semântica e desencadeia (o sonho ou pesadelo de) uma semiose infinita. Essa semiose se encontra tanto na impossibilidade do “significado transcendental” da Desconstrução quanto na ideia do antagonismo constitutivo das práticas de significação, como na noção de *intertextualidade*. Há nas duas versões da semiose uma passagem para a “polissemia” como valor constitutivo; o fetiche da autorreferência da mensagem poética contamina a linguagem como tal. Essa desmultiplicação não se opõe à arbitrariedade da relação entre o signo e o referente porque depende desse hiato mesmo; mais nostálgica que isso, ela é um sucedâneo da organicidade entre sentido e forma,⁷ já que ambos foram desmascarados como mistificação ideológica. Esse questionamento da validade da lógica do sentido não deixou imperturbada a sua gênese. Com o retorno do problema do referente, não do referente, mas do problema, também retornam as questões do valor e da subjetividade.

Não vale a pena adentrarmos nas questões epistemológicas (e *latu sensu* políticas) por trás da noção de textualidade, que cristaliza as disputas do período. Observamos, sumariamente, que o *texto* – pelo menos em sua feição crítica (MOWITT, 1992) – marca o retorno de uma certa ideia de *experiência* sem com isso ressuscitar um conceito instrumental de linguagem nem sacrificar a espontaneidade humana a uma noção mecanicista de estrutura. O que nos interessa é, a despeito dessas boas intenções, considerar a persistência da tendência semiótica nas Letras. Se o sentido é múltiplo, por que insistir em demonstrá-lo de novo e de novo? Se o sujeito produz o discurso de sua posição enunciativa, por que não fica afinal por lá? Parece que giramos em falso porque não sabemos como resolver a obliteração da obra em nome do produto hermenêutico final. Outra vez, fazemos três acusações:

- 1) o retorno do sujeito às discussões é fantasmático;
- 2) há uma ilusão de continuidade entre os fenômenos literários e sua apreensão;
- 3) há uma recrudescência dos formalismos.

O *shift* do enunciado à esfera enunciativa precisou formalizar a realidade empírica, a noção de “discurso” remetendo a isso.⁸ Aqui, como antes, a pergunta sobredeterminou a resposta: o paradigma apenas absorveu o sujeito, não se abriu às suas determinações qualitativas. Isso promoveu um retorno da dimensão axiológica como crítica temática, já que o sujeito se incluiu no enunciado como instância discursiva e isto implica um semanticismo *a priori*. Um reflexo disso hoje são os estudos dedicados à “figura do subalterno na obra de tal”, o velho “tema X na obra/gênero Y” sem que a especificidade da obra presida

⁷ Pode-se dizer que a imprecisão de “forma”, empregue como definição e critério judicativo e não como ponto de partida para a reflexão sobre a experiência estética, acompanhou e em parte cooperou com a inconsistência epistemológica da teoria literária (WEITZ, 1971).

⁸ Diana Luz Pessoa de Barros: “Os procedimentos de sintaxe do discurso já analisados permitem reconstruir a competência e a existência modal do sujeito da enunciação”, contudo, “não se trata [...] de analisar o ser ontológico. Pretende-se refazer os caminhos narrativos do destinador-manipulador e do destinador-julgador, assim como os percursos temáticos de produtor e de receptor-interpretante, *pelo recurso aos textos que formam o contexto do discurso em questão*. Revê-se o problema do contexto em termos de *relações intertextuais*” (2002, p. 140,142, grifos da autora). O que se entende pelo descarte do “ser ontológico” é sua comutabilidade com o “ser semiótico”, e do problema da cultura, senão mesmo da existência, com a intertextualidade.

o juízo de valor. Esse é um modo de ler, tem seu lugar à parte. Ao mesmo tempo, segue do apagamento da dimensão material da obra também uma revitalização do formalismo, em resposta às leituras de inclinação extrínseca. Sob a renovação do argumento da neutralidade e da objetividade do fato literário, contrabandeia-se uma versão estetizada da leitura literária: ou à maneira antiga da equação entre forma e arte ou à nova, entre linguagem e impossibilidade do significado derradeiro. Em grande medida recusando a reflexão sobre o próprio lugar enunciativo, duas situações prototípicas desse tipo de leitura desoneram o crítico do trabalho histórico e da seriedade judicativa: ou o texto é polissêmico *ad nauseam* ou autorreflexivo *ad absurdum*; crítica se confunde com a mensura dessas possibilidades. (Isso não é problemático, já que de um texto pode ser virtualmente extorquido qualquer sentido.) Nesses quatro casos – análise do discurso, estudos culturais, formalismo *old school* ou desconstrução-*kitsch* –, o que poderia ser uma *experiência literária* se perde em meio à denúncia, à avaliação, à procura do sentido ou à sua crítica. O literário é o suporte insubstancial da discussão.

Os estudos literários não são capazes de discutir o que não se reduza ao processo de significação; não obstante, não há apenas um esforço por tomar como significante todo e qualquer elemento da obra literária como também se pressupõe que um princípio de multiplicidade preside (ou aprisiona) a linguagem, a qual por seu turno contamina o referente e impede que qualquer consideração se faça sobre o que não caiu na imanência do sistema. Interpretar, no sentido geral de supor relações, é irreduzível; o problema é que a lei da conexão das categorias linguísticas se confunde à própria cegueira de que ela gostaria de livrar a discussões literárias.⁹ Noutras palavras, a significação parece surgir como critério somente onde a substância estética da obra já foi de fato deixada “fora do texto”.

Estética, não semiótica

Estética qualificaria propriamente a dialética entre o interesse opaco, mas imanente ao objeto, e o juízo que lhe faz justiça ao conferir-lhe o primado. A insolubilidade da questão – teoria ou literatura, semiótica ou estética – é útil se nos permite radicalizar outra postura. Até então dissemos que o nó conceitual entre referente, valor, sujeito e experiência foi reduzido ao problema do sentido do texto. Há alguma noção de linguagem que, sem se enredar na semiótica, possamos recuperar para os estudos literários?

Uma teoria crítica da linguagem parte, necessariamente, da dialética conforme a qual o erro propicia a verdade. Aqui devemos assumir que uma obra que vale a pena ser lida sempre apresenta uma resistência ao sentido, unívoco ou diferido. Essa resistência não surge como fracasso do sujeito em abarcar algo incomensurável com sua linguagem; ela se deve antes ao fracasso das obras para efetivarem seu teor de verdade, isto é, é essa insuficiência que dá a impressão de que a obra literária é uma “ilusão”, o que a estética romântica designava por “aparência”. A estratégia de difração semântica soa uma evasão a essa negatividade inerente à representação artística e uma tentativa de torná-la compa-

⁹ Num grau extremo, a ideia de textualidade/intertextualidade se confunde ao caráter compacto e absolutizado da própria sociedade, cuja injunção à participação coletiva pelo apelo à individualidade é seu modo mesmo de totalização. Textualidade é a comunicação social tornada *non plus ultra* da experiência humana, a tal ponto a recusa pela unidade de sentido é a recusa mesma de perceber o condicionamento social: o diferimento é o desespero de um mundo que já não pode esperar por algo que lhe seja radicalmente heterogêneo.

tível com as exigências sociais, as quais se multiplicam à medida da anexação dos seres humanos ao fluxo da comunicação.¹⁰ Restaurar o problema da verdade é a condição sem a qual a ideia de crítica linguística apenas repetirá o juízo do universal sobre o particular, reintroduzindo-o na cadeia da significação. O juízo crítico não deixa intocados nem a obra nem a si, põe à prova sua verdade.

Assim, a questão se aproxima do sujeito, já que *verdade* como resíduo “objetivo” da subtração da pessoa não é mais que letra morta, *código*. Para um sujeito que faz distinções qualitativas, a racionalização dos fatores e a determinação de bases sólidas para o pensamento só servem, como o erro à dialética, para propiciar ocasião de sua denúncia. O juízo crítico, em seu caráter reflexivo, define os critérios a partir da proximidade à obra, que se reivindicou autônoma em relação ao sistema; ele precisa da intuição não somente como momento primário, afetivo, mas como *órganon* de seu procedimento. Uma tal proximidade impede a formulação de uma metalinguagem. O que permite que o sujeito particular perceba a verdade da obra sem remeter a um método que legitime sua postura é o fato objetivo da vida coletiva da sociedade, que ele interiorizou através da cultura e da própria atividade, sobretudo a da crítica do conceito.¹¹ Longe de implicar a soberania do sujeito, senão sua autonomia relativamente à burocracia da inteligência, o que importa considerar aqui é que a condição primária da verdade estética não é a sofisticação analítica, mas a força de descentramento do sujeito perante a obra. O mediador só restitui a vida ao mediado, o sujeito ao objeto, como se propôs no contexto do Idealismo alemão, ao mergulhar nele; só em meio a essa relação desdobra-se o *teor de verdade*.

Os pressupostos do juízo estético são o sujeito entregue a si e a obra não reduzida a esquemas. A ideia de “linguagem literária” que comunica uma verdade não semântica só não recairá num positivismo ingênuo, no velho problema do referente, se seu afastamento da semiose for concomitante à sua persistência junto à obra. *Linguagem* assim é uma mediação que toma parte no que é mediado, linguagem que não veicula, mas que porta em si a verdade. Aquele vestígio estético do formalismo indicava a ideia de que se barrou algo que a obra põe no mundo, algo que surge através de sua própria construção – da qual são elementos a forma, a língua, o sentido, a ficcionalidade, o foco, a intenção, o programa gerativo de sentido, e o mais.¹² Entre os idealistas pós-kantianos, essa *verdade* comum à poesia e à filosofia é a Reconciliação, uma espécie de valor normativo (ou

¹⁰ A ideia de que o referente e a verdade são impossíveis, que com eles se pretende reafirmar o poder através da remissão à presença aqui e agora do sentido, é uma forma de deixar escapar o fato de que o outro da linguagem é já o texto absoluto da sociedade. Reconhecer não o entretencimento, mas a sobreposição da linguagem e das relações sociais seria reconhecer o emudecimento que cai sobre os homens sob efeito do encanto, a subjetividade cuja condição fantasmática precisa ser assegurada pela impossibilidade de que se fizesse outra coisa dos próprios homens e do mundo. Nesse sentido, a crítica filosófica principia pela denúncia da violência que as palavras sofrem.

¹¹ A teoria romântica da linguagem, ensaiada por von Humboldt e injustamente detratada por Volosinov (BAKHTIN, 2006) como algo que tinha no psiquismo individual seu valor limite, postula uma noção dialética de “universalidade”. Por oposição a um universal abstrato, uma “estrutura” que coordena todos os elementos particulares (como a *langue* de Saussure, *e.g.*), um universal *concreto* seria aquele que se determina pela inclusão em si do sujeito como ponto a partir do qual ele se percebe. A linguagem não é a abstração radical, mas o *medium* das inflexões de uma época.

¹² O modelo para essa verdade seria o da história potencial, como a *possibilidade* de que um evento rompesse o simples “ser assim e não de outro jeito”, o anseio por algo que se pusesse à prova naquele mundo de que a obra é a negação, mesmo quando não o intenciona. Algo dessa noção de verdade, apenas para ilustrar-lhe o teor, se deixa pensar junto à autoridade que Aristóteles confere à poesia em detrimento do

regulativo) conforme o qual o particular não é oprimido pelo universal, o indivíduo pelo coletivo, o objeto pelo sujeito, “uma igual cultura de todas as forças [...] universal liberdade e igualdade” (SCHELLING, 1991, p. 43).

A *verdade* seria a concretização desse potencial reconciliatório aqui e agora. Mas a insuficiência ontológica da literatura começa aí, no seu fracasso em produzir no mundo um estado diferente de coisas; de tentar realizá-lo a partir de sua própria imanência, e, no entanto, nada suscitar de diferente – como uma palavra mágica desencantada. A categoria estética do “Belo” foi já a cifra dessa reconciliação, como também a Natureza concebida como “virginal”; na arte moderna, a recusa à ideia de reconciliação ainda a mantém na qualidade de cifra. O *teor* de verdade das obras não é nenhuma essência transcendental, nada que esteja fora das próprias condições que possibilitariam sua emergência, nenhum significado, nem mesmo a reconciliação, mas a substância da experiência estética, daquilo que só surge como algo que já se perdeu. Essa substância é a aparição e a extinção súbitas da verdade prometida pela obra.

Assim, consideramos que:

- 1) a *literariedade* deve conceber-se como fenômeno estético, como *aparência*;
- 2) deve pensar-se historicamente, como a história de suas transformações;
- 3) sua linguagem deve ser tomada como não linguística, não semântica.

Na qualidade de um conceito, essa literariedade deve ser encarada sob o prisma da história. Afora o problema nominalista da literatura, isto é, o de uma de suas acepções designar qualquer conjunto de textos, é possível pensar que a predicação de *literária* a uma obra sem intenção estética *a priori* resulta de uma transformação por que tanto os conceitos (de arte, de literatura) como a obra passam, e isso reflete uma necessidade sócio-histórica ou irrupção daquela *verdade* potencial. Noutras palavras, uma obra se torna literária conforme ela pareça, hoje ou sob o prisma da reflexão estética, exprimir traços da reconciliação. Em função de sua historicidade própria, é claro, aquilo que se chama de reconciliação também deve ser a cada instante reconfigurado.

A linguagem da obra não é algo que se possa cindir das condições sócio-históricas da enunciação ou da memória social da arte; ela atua a partir das particularidades de seus momentos diversos, inscrevendo neles sua parte na história ao mesmo tempo em que lhes dá expressão. Considerar a linguagem literária como algo não linguístico seria a primeira forma de encarar uma obra, de modo a não soterrar sua expressão sob a imposição semântica. A ideia de uma expressão anterior à comunicação não pressupõe determinações subjetivas do conteúdo, como um afeto inexprimível, mas o caráter objetivo do próprio sujeito. A expressão de um enunciado toma parte na sua verdade na medida em que, confrontado com o estado do mundo, o anseio que o anima e de que extrai sua validade se veja confirmado ou não.

Então, qual é a natureza da linguagem, da linguagem do sujeito perante a obra, perante a promessa, necessariamente falhada, de reconciliação? É precisamente aquela que gostaria de mediar o particular inscrito com o universal, sem lhe tratar com hostilidade,

conhecimento histórico. Nossa intenção aqui não é extrapolar a interpretação da *Poética*, cuja discussão é hoje de somenos interesse.

sem lhe reconduzir ao sistema. Linguagem aqui é escrita. A função da crítica é, a partir de sua experiência, trazer à luz essa linguagem, e essa é toda a intenção estética da teoria.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da literatura*. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1988 [1967].
- AMORA, Antônio Soares. *Introdução à teoria da literatura*. São Paulo: Cultrix, 2004 [1967].
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BANN, Stephen. Semiotics. In: SELDEN, Raman (Org). *The Cambridge History of Literary Criticism*. Vol. 8: From Formalism to Poststructuralism. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 85–109.
- BARROS, Diana Luz Pessoa De. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *O estudo analítico do poema*. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP, 1996 [1967].
- DE MAN, Paul. *The resistance to theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986.
- DOLEZEL, Lubomir. *A poética ocidental: tradição e inovação*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.
- DOSSE, François. *History of Structuralism: the Rising Sign, 1945-1966*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- EIKHENBAUM, Boris et al. *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Response: an end to literary theory. *Journal of Literary Theory*, v. 1, n. 1, p. 212–16, 2007. Disponível em: <<http://www.jltonline.de/index.php/articles/rt/printerFriendly/60/248>>. Acesso em: 29 abr. 2014.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- JIRMUNSKI, Viktor. Sobre a questão do “Método Formal.” In: EIKHENBAUM, Boris, et al. *Teoria da Literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1976.
- MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. *O método formal nos estudos literários*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOISÉS, Massaud. *A Análise Literária*. São Paulo: Cultrix, 2005 [1969].
- MOWITT, John. *Text: the Genealogy of an Antidisciplinary Object*. Durham, NC: Duke University Press Books, 1992.
- POMORSKA, Krystyna. *Formalismo e Futurismo: a teoria formalista russa e seu ambiente poético*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph von. O “programa sistemático”. In: *Friedrich von Schelling*. Obras Escolhidas. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- STEINER, Peter. Russian Formalism. In: SELDEN, Raman (Org.). *The Cambridge History of Literary Criticism – Vol. 8: From Formalism to Poststructuralism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- TAGLIAFERRI, Aldo. *Estética do Objetivo*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

WARREN, Austin; WELLEK, Renê. *Teoria da Literatura e Metodologia dos Estudos Literários*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEITZ, Morris. The content of form: a commentary. *New Literary History*, v. 2, n. 2, p. 351–56, 1971. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/468608>>. Acesso em: 29 abr. 2014.